

A GREVE DA EDUCAÇÃO É LUTA DE TODOS E TODAS NÓS

Professores(as) e orientadores(as) educacionais das escolas públicas do DF aprovaram greve. A paralisação das atividades é reflexo do descaso do governador Ibaneis Rocha com a educação. E os prejuízos disso não atingem apenas a categoria do magistério público, mas também estudantes, familiares; a sociedade em geral.

Nossa categoria está há 8 anos sem reajuste salarial. As perdas financeiras e no processo educativo são gigantescas.

Em 2015, o vencimento básico dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais estava mais de 100% acima do Piso Nacional do Magistério. Hoje, pela primeira vez na história do DF, Brasília, capital do Brasil, paga à categoria do magistério remuneração abaixo do Piso, ou seja, menos do que determina a lei.

A desvalorização do magistério público gera adoecimento e faz com que esses trabalhadores e essas trabalhadoras busquem outras carreiras que garantam melhores condições de trabalho e de vida. Isso gera descontinuidade na aplicação do projeto político pedagógico das escolas, e traz perdas pedagógicas.

Professores(as) e orientadores(as) educacionais, bem como toda a comunidade escolar, vêm sofrendo com problemas graves na educação pública do DF. Entre eles, salas de aula superlotadas, que geram condições inadequadas de aprendizagem, sobretudo para estudantes com deficiência. Neste último caso, além de prejuízo no processo educacional, o descaso com a educação gera sofrimento aos familiares.

Toda a comunidade escolar também é obrigada a conviver com a violência dentro das escolas. Este é um problema que tem como alguns dos principais fatores a ausência de políticas para a educação pública e o descaso com este setor. Uma sala de aula superlotada, por exemplo, tem chances muito maiores de geração de conflitos.

Entre outros problemas impostos à comunidade escolar, ainda há a dificuldade do acesso à escola, que prejudica, principalmente, crianças e adolescentes da periferia.

A educação pública é garantida na Constituição Federal, além de ser considerada direito humano. A qualidade de sua execução – ou a ausência dela – impacta diretamente na construção do DF e do mundo que queremos. Por isso, é urgente que toda a sociedade apoie a greve da educação e se some à luta, que é de todos e de todas nós.

POR QUE ESTAMOS EM GREVE?

► 8 ANOS SEM REAJUSTE SALARIAL

O último reajuste salarial concedido a professores(as) e orientadores(as) educacionais foi em 2015. Depois de 8 anos de congelamento salarial, o governador Ibaneis Rocha anunciou reajuste de 6%, índice que não repõe sequer a inflação do período. O percentual resulta em cerca de R\$ 200 a mais para a categoria do magistério.

Enquanto isso, o governador aprovou reajuste de 25% para si próprio, para o alto escalão do governo e seus cargos comissionados. Para eles, o reajuste será de, em média, R\$ 5 mil.



**IBANEIS
A SAÍDA ESTÁ
EM SUAS MÃOS**

► VENCIMENTO ABAIXO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

Os 8 anos de congelamento salarial impostos à categoria trouxeram perdas gigantescas. Hoje, o vencimento básico de um(uma) professor(a) chega a ser menor que o Piso Nacional da Educação. Pela primeira vez, o GDF paga aos(as) professores(as) remuneração com valor menor do que está estabelecido em lei.

► INSEGURANÇA DIANTE DA VIOLÊNCIA

A violência nas escolas é fato que sempre atingiu a comunidade escolar. O tema ganhou ainda mais relevância com os ataques registrados nos últimos meses. Essa violência tem como um dos pilares a ausência de políticas públicas para a educação. O Batalhão Escolar, por exemplo, deve estar inserido nesta política, mas não vem sendo aplicado como deveria.

► FALTA DE PROFESSORES E ORIENTADORES

Atualmente, o déficit de professores(as) efetivos e orientadores(as) educacionais é grave. A rede pública de ensino do DF tem quase 15 mil professores(as) com contrato temporário. Isso representa mais de 50% da regência de classe. Essa é uma escolha política do governo. Professores(as) com contrato temporário – altamente qualificados – têm vínculo trabalhista fragilizado, com condições de trabalho precarizadas. A ideia do GDF é desvalorizar a educação pública. É insustentável que professores(as) com contrato temporário ocupem vagas de efetivos.

► SALAS DE AULA SUPERLOTADAS

O Sinpro recebeu denúncias de escolas com 47 estudantes por turma. Isso é uma consequência da Estratégia de Matrícula feita arbitrariamente pelo GDF, que definiu o aumento de estudantes por sala de aula.

A categoria do magistério luta para que a quantidade de estudantes por sala de aula siga o que está definido no Plano Distrital de Educação. Uma educação pública de qualidade não é possível com salas de aula superlotadas.

► EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É urgente defender o direito dos(as) estudantes com deficiência à aprendizagem. A escola não pode ser depósito de alunos e alunas. Precisamos acolher esses estudantes, não basta só garantir o acesso deles à escola. Há que se garantir, também, as condições de permanência, acessibilidade, estrutura e recursos humanos suficientes para propiciar as aprendizagens ativas a partir de ações metodológicas ativas. As lutas em defesa da educação inclusiva estão associadas a todas as outras lutas da categoria do magistério público.

► CONCURSO PÚBLICO

Respeito e valorização de professores(as) e orientadores(as) educacionais estão diretamente ligados à garantia de direitos, vínculo trabalhista fortalecido e condições de trabalho dignas. Isso só pode ser estabelecido na lei da Carreira do Magistério Público. E só fazem parte dessa carreira professores(as) e orientadores(as) concursados(as).

Lutamos para que sejam convocados(as) todos(as) os(as) aprovados(as) no último concurso para a Carreira do Magistério, realizado em 2022. A reivindicação é para que nomeiem tanto os aprovados para vagas de provimento imediato como aqueles que ficaram no cadastro reserva. Mesmo com isso, as carências na rede pública de ensino não serão resolvidas. Por isso, lutamos ainda para que a realização de concurso público para a educação seja uma política permanente.

Todos esses e outros pontos pelos quais lutamos podem ser atendidos com a reestruturação da Carreira do Magistério: lei que garante os direitos dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais. Por isso, essa é uma das pautas centrais da nossa Campanha Salarial 2023.

